

Dólares retidos no Banco Central, por prazo indeterminado.

A centralização do câmbio começa segunda-feira. E outras medidas virão.

Por prazo indeterminado, começa a vigorar segunda-feira no Banco Central a centralização cambial. Todos os pagamentos de juros ao Exterior dos empréstimos superiores a 360 dias não poderão ser remetidos livremente, e a quantia correspondente em cruzados ficará depositada no Banco Central em nome do credor, segundo a circular n. 1.131, divulgada ontem. As remessas de lucros, dividendos e retorno de capital também ficarão controladas, mas somente até o dia 27. Novas medidas de ajuste interno da economia serão divulgadas pelo governo a partir da semana que vem.

Hoje, a partir das 12 horas, o presidente do BC, Francisco Gros, reunirá banqueiros nacionais e estrangeiros no Departamento Regional do Banco Central, em São Paulo, para dar explicações sobre a centralização do câmbio. Não estão sujeitos à retenção no BC os pagamentos de juros sobre bônus de colocação pública (**Publicly Issue Bonds**), certificados de depósitos ou obrigações de colocação pública a taxas de juros flutuantes; títulos de colocação privada, compromissos junto a governos estrangeiros e organismos internacionais; operações garantidas ou seguradas por governos ou agências governamentais estrangeiras ou por organismos internacionais; operações lastreadas em **bankers acceptances** ou **commercial papers** e juros de equalização decorrentes do programa Finex. Também não estão sujeitos à centralização os pagamentos de importações.

A resolução n. 1.263 — que estabeleceu a centralização cambial das remessas de juros da dívida externa —, diz que o Banco Central determinará a forma, as condições e as hipóteses de constituição, de suspensão e de liberação dos depósitos feitos em nome



Os ministros na reunião do Conselho de Segurança Nacional

do credor, em cruzado, para futuras remessas em moeda forte. O comunicado Firce n. 198 — Decam n. 991, diz que "a contratação das operações de câmbio relativas às transferências para o Exterior de valores correspondentes a lucros, dividendos e retorno de capital dependerá do prévio exame da documentação pelo Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros (Firce)".

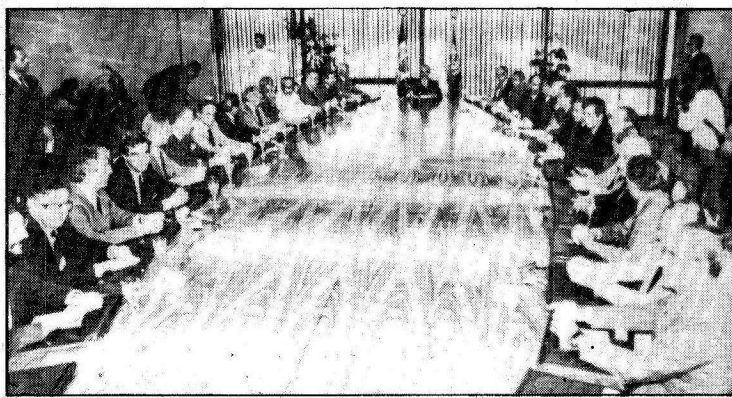
A circular n. 1.131, que regulamentou a Resolução n. 1.263, explica que os pagamentos de juros de empréstimos de médio e longo prazo ao Exterior não podem ser antecipados além de dois dias. A liquidação desses pagamentos será efetuada sem a transferência de moeda estrangeira, e o respectivo contrato de câmbio não será coberto para fins de remessas ao Exterior, ficando as quantias correspondentes depositadas no Banco Central a crédito de "Contas

gráficas em moedas estrangeiras", no subtítulo "Operações Simbólicas".

A última vez que o Banco Central decretou a centralização do câmbio foi em 29 de julho de 1983, pela Resolução 851, em plena crise econômico-financeira do País em que as reservas estavam esgotadas.

Bancos pequenos e até alguns grandes recorreram ontem às linhas especiais de crédito do Banco Central, diante da dificuldade de caixa gerada por saques maços nas contas de **overnight**. Para esse fim, o BC dispõe de duas linhas de financiamento de liquidez. A primeira permite sacar até 20% das exigibilidades dos depósitos à vista e a segunda estende essa possibilidade a 50%, mas tem um prazo de sete dias com correção monetária pela LBC, mais juros.

Os saques no **overnight** foram significativos ontem, segundo informações recebidas pelo Banco Central, como consequência dos persistentes boatos de que o governo



decretaria a moratória interna. Essa moratória — que viria acompanhada pela externa — determinaria o congelamento de 60% dos saldos do **overnight**, para pagamento em dez anos.

Mais ajustes

Novas medidas para ajustar internamente a economia serão adotadas pelo governo, após a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Elas serão tomadas gradualmente, a partir da semana que vem. Até o dia 28 serão definidas a correção dos aluguéis, a continuidade ou não da tabela de conversão de cruzeiro em cruzado, a volta da indexação em períodos inferiores a um ano para contratos em geral, a exclusividade da pós-fixação das taxas de juros e a regulamentação do pacote agrícola.

Essas informações foram divulgadas ontem em Brasília por João Manoel Cardoso de Mello, assessor especial do ministro da

Fazenda, Dilon Funaro. Ele informou também que o Conselho de Orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) se reunirá segunda-feira. Técnicos do FND disseram que na reunião será detonado o processo de investimentos do Fundo, "aproveitando-se a injeção de ânimo que a suspensão dos juros da dívida externa gerará na economia". Segundo os técnicos, o governo pretende, com a reunião, reforçar a sinalização na direção dos investimentos, ajudando a afastar o temor da recessão.

Cardoso de Mello também previu uma rápida recuperação do nível das reservas cambiais brasileiras. Elas crescerão pela economia mensal de cerca de US\$ 1 bilhão gastos com o serviço da dívida externa e pela recuperação dos saldos mensais da balança comercial. O assessor revelou que o desempenho da balança este mês "está bem melhor". Informou que nos 17 primeiros dias do mês, o superávit registrado pela Cacex era apenas 3% inferior ao verificado no mesmo período do ano passado. O superávit de fevereiro de 1986 chegou a US\$ 628 milhões.

Cardoso de Mello não revelou detalhes das medidas a serem anunciadas na próxima semana. Com relação à tabela de conversão, por exemplo, disse que o governo não sabe se a mantém, ou não. Mas no corpo técnico do Ministério da Fazenda existe a posição fechada pela continuidade.

A reunião do Conselho de Orientação do FND, presidido por Funaro e com a participação de vários assessores dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, definirá a sistemática de operacionalização do Fundo. Com ela, os recursos poderão ser liberados quase que imediatamente, até um teto de Cz\$ 5 bilhões mensais.

Junto com a moratória, um pedido: mais US\$ 4 bilhões em dinheiro novo.

Ao reunir, ontem, durante duas horas e meia, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o presidente José Sarney não obteve apenas unanimidade para a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa. Durante o encontro foram também definidos os parâmetros da negociação externa, que o Brasil inicia dentro de dez dias com os credores internacionais, e também um programa de ajuste interno na economia.

Os pontos básicos para a renegociação externa são:

- 1) a garantia de um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 5% este ano (abaixo, portanto, dos previstos 7%);
- 2) a necessidade de obtenção de recursos novos no montante de US\$ 4 bilhões;
- 3) a redução do **spread** (taxa de risco) ao

nível de 0,875%, a mesma concedida ao México;

- 4) a obtenção de um acordo multianual, com um prazo de carência que permita ao País um espaço para manter seu crescimento sustentado.

Ao mesmo tempo, ficou decidido que o Brasil apresentará aos credores um programa coerente e factível de ajuste interno da economia, cujos pontos básicos são os seguintes:

- 1) Redução do déficit do setor público ao limite máximo de 2,5% do PIB;
- 2) Redução substancial dos subsídios concedidos à produção e ao consumo;
- 3) Adoção de uma política antiinflacionária de forma a manter o declínio sustentado dos índices de preços a partir do mês de abril;
- 4) Controle mais rigoroso dos dispêndios

das empresas estatais, limitando-se os gastos aos recursos efetivamente mobilizados pelas receitas;

- 5) Eliminação, por seis meses, do déficit do Tesouro.

Déficit

A redução do déficit público é um ponto importante no programa de ajuste interno que o Brasil levará à apreciação dos credores. Embora não haja consenso no governo sobre a viabilidade da redução dos investimentos das empresas estatais, há o firme propósito de demonstrar aos credores que o Brasil, mesmo se recusando a submeter-se ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), não abrirá mão de um programa de ajuste que, não sendo necessário, permita a organização da economia e a retomada do crescimento de forma sustentada, sem pressões inflacionárias exageradas.

Esse esforço envolverá os Estados, responsáveis por uma parcela do déficit público, especialmente os bancos estaduais, embora o governo ainda não tenha decidido o que fazer com cinco bancos estaduais que se recusam a firmar, com o Banco Central, um programa de saneamento financeiro.

O esboço do programa de ajuste interno — decidido ontem na reunião do CSN — foi elaborado pelo Ministério do Planejamento, devendo ser entregue ao presidente Sarney pelo ministro João Sayad na próxima segunda-feira. O programa, na visão dos técnicos que cuidaram de sua elaboração, é mais realista do que o programa de metas que o presidente aprovou em julho do ano passado, começando por reduzir em dois

pontos percentuais a projeção de crescimento do PIB, de 7% este ano.

Embora não seja um programa detalhado, mas com indicações concretas de como deve ser montada a estratégia econômica, há propostas para uma redução de investimentos adaptada à expectativa de um menor crescimento do PIB.

Conselho

A reunião do CSN foi convocada ontem à tarde pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, e contou com todo o Ministério e o Estado-Maior das Forças Armadas, além dos presidentes da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. A presidência do Senado foi representada pelo senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), em substituição a Humberto Lucena (PMDB-PB).

Opinião de um especialista: pode ter sido uma boa idéia.

Desde o segundo semestre de 1985 circula entre os integrantes da equipe econômica do governo um pequeno livreto — **The Costs of Default** (Os Custos da Desistência, em uma tradução literal) — escrita por Anatole Kaletsky, um jovem e agressivo colunista do **Financial Times**, um respeitado diário econômico londrino. Em suas 80 páginas ele tem um recado claro: o Brasil é o país que reúne as melhores condições para declarar uma moratória unilateral consentida.

Com argumentos precisos, Kaletsky enumera os dois motivos que considera os principais. No primeiro, ele diz que a austeridade dos programas do FMI pesam muito mais sobre o Brasil do que sobre outros devedores, pois a **renda per capita** brasileira cresceu 5,1%, em média, nos anos entre 1960 e 1981, e que a previsão para o período 1986-1990, dificilmente ultrapassaria 3%, ou seja, bem abaixo do padrão do longo período anterior.

No segundo, o colunista explica que a diferença entre o que teria de ser pago de juros e taxas — cerca de 13 bilhões de dólares ao ano — e a possibilidade de entrada de dinheiro novo no país — em torno de 3,5 bilhões de dólares — daria um ganho bruto aproximado de 10 bilhões de dólares ao país se optasse pela moratória.

Com esse quadro nas mãos, ele escreve que seria apenas uma questão de tempo a decisão brasileira de informar aos banqueiros que não mais aceitava as condições de pagamento de sua dívida. E também que propunha um refinanciamento em prazo maior, 30 anos por exemplo, e juros fixos.

Na previsão de Kaletsky, o País continuaria pagando os juros às agências como

Banco Mundial e FMI, e também os juros de financiamentos oficiais às suas importações, afastando a possibilidade de uma forte retaliação pelos credores. Mesmo assim ele perderia o direito a empréstimos bancários, com castigo, por pelo menos 10 anos. Mas isso, ele lembra, significaria pouco, já que o Brasil se encontra fora do mercado financeiro há alguns anos.

O seqüestro de bens do governo ou empresas brasileiras também é descartado pelo especialista com o argumento de que a tradição jurídica americana e europeia consideram que as propriedades de um Estado soberano estão fora de alcance do poder judicial. No mesmo caso se encontram as firmas privadas ou estatais, que não podem ser confiscadas para garantir dívidas de países soberanos.

Kaletsky entende que os banqueiros prejudicados podem tentar impedir que seus governos continuem financiando importações brasileiras, mas que esse mesmo governo seria pressionado pelas indústrias que vendem ao Brasil. Como os governos continuariam recebendo normalmente seus juros, nada teriam a opor.

O prejuízo mais certo ao Brasil seria a fuga dos investimentos estrangeiros. Ele mesmo salienta, no entanto, que essa fuga já vem ocorrendo desde 1982 e que a manutenção das importações com os recursos conseguidos com a moratória poderiam sustentar o crescimento da economia interna e assim atrair novamente as multinacionais, já que elas certamente não iriam querer perder fatias de um mercado tão promissor como o brasileiro.



BC promete não intervir sobre títulos públicos ou privados

O presidente do Banco Central, Francisco André Gros, comunicou ontem à tarde à direção da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que o governo não adotou qualquer medida compulsória sobre títulos públicos ou privados. A informação teve por finalidade eliminar boatos que circularam intensamente no mercado financeiro, segundo os quais o governo determinaria uma espécie de moratória interna, congelando os depósitos à vista e das cadernetas de poupança, além de não resgatar os títulos públicos.

A intranquilidade do sistema financeiro provocou sua total paralisação nas primeiras horas de seu funcionamento, inclusive com forte corrida aos bancos para retirada dos depósitos, simultaneamente a uma vertiginosa elevação do dólar no mercado paralelo — a cotação atingiu Cz\$ 36,00, retraindo a Cz\$ 33,00. A situação começou a normalizar-se depois que o presidente da Bolsa do Rio, Sérgio Barcellos, por volta das 11 horas da manhã, fez uma comunicação às instituições financeiras, assegurando a normalidade das operações e a total impropriedade dos boatos sobre congelamento dos depósitos e moratória interna.

Os saques em agências bancárias foram elevados durante a manhã de ontem, ao mesmo tempo em que foi considerado substancial o número de investidores que deram ordem para fechar posições em financiamento por um dia (**overnight**), aconselhados por alguns gerentes de banco para transferirem suas aplicações para contas correntes. No final da tarde, os diferentes mercados começaram a retornar à normalidade, como o de ações, que acabou encerrando o expediente registrando desvalorização de 1,4% na média e de 1,0% no fechamento. No mercado de renda fixa os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) tiveram rendimentos pós-fixados de até 30% em alguns bancos.

Sayad vai a Brasília. Para apoiar Sarney.

O ministro do Planejamento, João Sayad, antecipou em dois dias seu regresso a Brasília, desembarcando ontem pela manhã e indo diretamente para o Palácio do Planalto, onde se avistou com o presidente Sarney, a quem comunicou que vinha a Brasília para participar da reunião do Conselho de Segurança Nacional. E, ainda, para "assinar em baixo" quanto às decisões que viessem a ser adotadas, embora não tenha participado diretamente de sua elaboração, pois se recuperava de uma meningite.

Do Planalto o ministro seguiu para a Seplan, onde manteve contato telefônico com o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e vários outros líderes do partido majoritário. Sayad não quis comentar com os jornalistas as especulações sobre sua iminente saída da Seplan. Ele retornou ontem à noite a São Paulo.

Hoje pela manhã, no Instituto do Coração, ele se submete a um novo exame. É certo entretanto que ele reassumirá suas funções, em Brasília, na próxima segunda-feira.

A Constituinte vai votar uma moção de apoio a Sarney

A decisão do governo brasileiro de suspender por prazo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa foi transmitida oficialmente a todos os líderes partidários na Câmara e no Senado pela liderança do PMDB, em encontro presidido pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Ele explicou que a medida foi tomada para levar os credores internacionais a negociar com o Brasil melhores condições de pagamento. "O governo não suspendeu porque não tinha como pagar, mas por uma questão de soberania", disse ele aos líderes, assegurando-lhes que o País tem reservas da ordem de US\$ 4 bilhões, além de outros papéis que, somados, atingem cerca de US\$ 6 bilhões.

O senador Ivan Bonato (PFL-SC) sugeriu a Ulysses Guimarães indicar três constituintes para acompanhar o ministro Dilon Funaro aos Estados Unidos na próxima semana, para mostrar, com sua presença na comitiva, o apoio ao ministro Dilon Funaro. Por iniciativa do líder do PCB, Roberto Freire (PE), a Assembleia Constituinte deverá votar hoje moção de apoio à decisão do governo Sarney.

Os economistas, pedindo mais sacrifícios.

A suspensão do pagamento dos juros de dívida externa não é nenhuma surpresa e a situação do País no futuro próximo vai depender da reação dos banqueiros internacionais. De qualquer forma, o governo precisa estabelecer imediatamente um programa de ajuste da economia, que certamente exigirá sacrifícios de todos.

Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia da USP e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, explicou que a minimoratória já era esperada e "torna-se necessário um plano de ajuste, já que não queremos a volta ao Fundo Monetário Internacional". O plano precisa ter o controle de preços, efetuar a desindexação da economia a médio prazo, colocar em vigor uma nova política fiscal e monetária. Conter a demanda não basta. É preciso carrear a poupança para investimentos produtivos, privilegiar as exportações e frear as importações. E, principalmente, conter os altos índices de inflação, responsáveis pelo aumento das taxas de juros.

Paul Singer, professor de economia da USP, só espera que o governo tenha mantido alguma reserva cambial. Singer não vê perspectivas a curto prazo, e as repercussões para o Brasil vão depender da reação dos credores que, na melhor das hipóteses, pode ser neutra e, na pior, pode significar a retirada dos créditos a curto prazo, significando dificuldades ainda maiores.

A crise no abastecimento poderá agravar-se, na visão de Singer, em razão da necessidade de diminuir importações e das divergências quanto a preços. Singer disse que parece não existir um plano definido

para enfrentar a situação, pois há apenas uma série de balões de ensaio — como o de congelamento ou o de uma trégua.

A medida adotada ontem vem com atraso, na opinião de Wilson Cano, professor titular da Faculdade de Economia da Unicamp. As dificuldades eram previstas desde o ano passado e o governo deixou de tomar medidas que poderiam evitá-las, em virtude de contingências políticas. A situação agravou-se em consequência da quebra dos preços de nossos principais produtos no mercado internacional e pela queda nas nossas exportações.

"Os próprios banqueiros sabiam que era impossível para o Brasil continuar pagando o serviço da dívida", disse Cano. "Não acredito em retaliações dos banqueiros, porque a economia brasileira é muito importante e porque se elas ocorrerem poderá haver um agravamento da situação cambial, fazendo com que o Brasil seja obrigado a endurecer sua posição, decretando a moratória, levando outros países endividados a fazerem o mesmo."

O economista e atual secretário da Agricultura de São Paulo, Gilberto Dupas, disse: "Ou voltamos a gerar excedentes exportáveis, ou teremos de fazer uma forte contenção da demanda interna, que resultará no arrocho, ou apelar para a maxidesvalorização, que levaria à recessão e à inflação", disse Dupas.

Para o presidente do Conselho Regional de Economia, Carlos Eduardo Ferreira Lobo, a minimoratória só será positiva se o governo exigir dos credores condições mais realistas em face da economia mundial.

Os sindicalistas, de novo, prevendo recessão.

"Não era isso que os trabalhadores queriam. Nós defendíamos a suspensão do pagamento da dívida quando ainda tínhamos dinheiro para ser gasto internamente. Agora, o que estão pretendendo não é um ato de heroísmo. Um empresário nessas condições teria cometido o suicídio." Esta é a opinião de Ricardo Baldino, da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), sobre a decisão anunciada ontem pelo presidente José Sarney.

Para Jair Meneguelli, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), o governo jamais terá o apoio da entidade "em medidas que signifiquem desemprego, mesmo porque fez exatamente o que não desejávamos que

fizesse: esgotou as nossas reservas cambiais, para atender aos interesses dos banqueiros internacionais; e agora caminha para o arrocho e a recessão".

O diretor do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), Walter Barelli, lembrou que o governo precisa responder a estas indagações: se as reservas cambiais teriam sido sabotadas graças à ação de alguns exportadores, que estariam segurando as exportações à espera de uma maxidesvalorização; e de outros, que estariam praticando o subfaturamento, conforme denúncia de um diário do Rio de Janeiro.